
URBANISMO EM FIM DE LINHA*

Otília Beatriz Fiori Arantes**

Cidades inteiramente planejadas ou cidades espontâneas? Espaços urbanos racionalmente organizados ou espaços caóticos, fragmentários e plurais? Nem um, nem outro. Se, de um lado, é preciso reconhecer o colapso da planificação global da cidade, de outro, a desordem saudável representa não mais do que uma miragem estética. Na atualidade, reinventar as cidades requer uma completa revisão do modelo urbano legado pela modernização capitalista, de modo a reincorporar as grandes massas da população gradativamente excluídas das regiões privilegiadas pelo capital.

* Comunicação apresentada na II Bienal Internacional de Arquitetura, em agosto de 1993, com o título *Os limites do desenho urbano*.

** Professora Livre-Docente da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Desde o colapso da idéia de planificação global da cidade, como se sabe considerada pelos modernos a mais acabada expressão da organização racional do espaço habitado coletivo — a um só tempo trunfo da modernização capitalista e prefiguração da socialização que ela parecia antecipar —, as intervenções urbanas vêm se dando de forma pontual, restrita, por vezes intencionalmente *modesta*, buscando uma requalificação que respeite o contexto, sua morfologia ou tipologia arquitetônica, e preserve os valores locais. Este ao menos é o discurso que acompanha tais iniciativas. Em nome dessa fraseologia da modéstia a todo custo, chega-se até mesmo a advogar a causa surpreendente de um urbanismo anárquico ou a fazer a apologia da cidade caótica, plural como uma colagem, fragmentária, *soft* etc. Cabe perguntar se não se está substituindo a ideologia do plano por uma outra, a ideologia da diversidade, das identidades locais, em que os conflitos são escamoteados por uma espécie de estetização do heterogêneo, recoberto pela transformação da superfície desencantada (na acepção que Max Weber dava a esta dimensão chave do mundo moderno) das nossas cidades em cenários fascinantes de uma sociabilidade viva que há muito tempo deixou de existir, em virtude justamente desse traço desertificante da modernização.

Em resumo, esse é o impasse em que nos debatemos, quando se propõe a questão do desenho urbano. Em sua consciência ninguém se furtaria ao dever de tornar as nossas cidades mais convidativas, no que diz respeito não só ao prazer estético do viver bem (como diriam os Antigos), mas sobretudo ao imperativo social de utilizar os meios técnicos ao nosso alcance em vista da melhoria material das condições de vida dos habitantes dos grandes centros metropolitanos (aliás, não tem mais cabimento falar em centros, pois o que existe, na verdade, é uma grande rede urbana interligada). Mesmo assim, tenho dúvidas quanto às chances do desenho urbano se converter num instrumento eficiente de desenvolvimento da vida na cidade. A própria expressão “desenho urbano” (ao invés de planejamento), pelo que encerra de restrição, parece anunciar esse

estreitamento das possibilidades de mudança real, que no plano ideológico, como lembrei há pouco, reflete a espécie de renúncia a que obrigou a *débâcle* irreversível do Movimento Moderno. Encolhimento que não se deve apenas à interferência direta dos interesses em jogo, dos verdadeiros agentes urbanos ou promotores do espaço público: governos — no mais das vezes preocupados em transformar a cidade em imagem publicitária — ou os especuladores imobiliários de sempre (proprietários, construtoras etc.); ao que se somam os limites naturais da profissão, obrigando a dividir a responsabilidade de qualquer intervenção com outros profissionais; mas, basicamente, encolhimento imposto pelo rumo atual do capitalismo, cuja globalização é responsável em grande parte por uma urbanização tanto mais intensa e extensa, quanto maior o contingente dos “náufragos da competitividade” mundial (só no Brasil, 70% da população pobre reside nas cidades).

Como sabemos, modernização e urbanização são a bem dizer intercambiáveis, uma anuncia e sustenta a outra. Ora, creio que já não dá mais para continuar desconversando e deixar de reconhecer, nessa irreversível proliferação urbano-caótica (por volta do ano 2.000 mais da metade do planeta estará empilhada em megalópoles), a contra-prova da falência do processo global de modernização (e não só no Terceiro Mundo; pensemos, por exemplo, nas grandes cidades americanas: a desintegração urbana vai mesmo caminhando da periferia para o centro). Não é à toa que ninguém mais se ilude quanto às possibilidades de transformações drásticas — o urbanista demiurgo foi se transformando num decorador, o planejamento cedeu lugar ao que Ghieux chama de “*urbanisme d’entretien*” (talvez nas duas acepções do termo).

Mas houve época em que, para resistir à urbanização demolidora praticada pelos modernos, à pretensa “racionalidade” da cidade planejada, tanto quanto ao seu crescimento desordenado, pensou-se que a alternativa consistiria em intervenções orientadas por princípios como os seguintes: consertar sem destruir, refazer sem desalojar, reciclar, restaurar, criar a partir do que está dado, respeitar a sedimentação dos tempos diferentes, reatando e rejuvenescen-

do os vínculos com a tradição, enfim, construir um “lugar” — na acepção forte do termo —, ou seja, dar forma ao informe, sem com isso querer ordená-lo, mas devolvendo-lhe a antiga dignidade, redescobrimo por aí o fio perdido da continuidade histórica que lhe dá sentido, e assim por diante. Tudo isso era fruto de um esforço de salvação da cidade, e com ela da urbanidade, quem sabe até de uma vida pública perdida, esforço *conduzido discretamente*, passo a passo, por assim dizer em *migalhas*, a partir de pontos nevrálgicos, escolhidos a dedo, seja por sua deterioração, seja, ao contrário, pelo significado de que poderia se revestir para a população local, servindo de ponto de irradiação (dando origem a uma metástase benigna, na expressão de Bohigas) que viesse a requalificar o entorno — *ipso facto* a relação das pessoas com seu espaço e entre elas.

Ora, este programa de resistência, adotado pelos melhores e mais empenhados arquitetos do pós-guerra (especialmente na Europa), aliando, não sem paradoxo, ao novo ideário da modéstia anti-globalizante, um ponto de vista oposicionista altamente politizado, à medida mesmo que ia ganhando adeptos, cada vez mais numerosos e inventivos, arregimentando inclusive no *establishment* (veja-se o P.O.S. de 77, em Paris, na era Giscard), foi se transformando no seu contrário, ou melhor, revelando sua verdade oculta: a mal disfarçada manutenção do *status quo* (o tal *entretien* identificado por Ghieux), a rigor, uma forma de administrar contradições, de escamotear conflitos, esconder a miséria. Pior ainda, contrariando frontalmente o espírito mesmo da alternativa, o novo estilo “modesto” de intervenção implicava uma realocação forçada da população: o acesso aos “lugares” requalificados tornava-se uma impossibilidade de fato para os habitantes expulsos das regiões em que se concentravam os antigos centros nobres e administrativos das cidades e cuja deterioração subsequente transformara em cortiço e refúgio dos *homeless*; com algum humor negro, seria o acaso de dizer que os usuários tradicionais daqueles espaços degradados só poderiam visitá-los agora na qualidade de turistas ocasionais. Numa palavra, os centros restaurados acabaram se convertendo em cenários para uma vida urbana impossível de ressuscitar.

tar. Para os novos excluídos, no máximo um lugar de lazer, em geral de natureza duvidosa; como disse, pura encenação. Imagens de uma cidade dita “comunicante” (afinal é um novo “paradigma”), onde a pluralidade não passa de *décor* cultural.

Como lembra Jean Pierre Jeudy, aliás um especialista em patrimônio, trata-se de uma cenografia gestinária da cidade, algo como uma teatralização da vida quotidiana, em que a história da cidade não é mais do que estética da memória, uma sucessão de quadros “representativos” da vida quotidiana. Esse mesmo especialista, que ainda acredita que se possa — como diz — recolocar em cena símbolos de uma verdadeira heterologia cultural, isto é, diferenças ativas, nutre, no entanto, poucas ilusões quanto à possibilidade de abalar essa nova ordem: sua capacidade de auto-reprodução é tão grande, diz ele, que “*ela pode criar a cena social sem ser ameaçada em seus próprios fundamentos*”. Assim, a reabilitação de certos bairros, especialmente dos centros urbanos, não passa de uma verdadeira consagração da eternidade da cena — bem polida, limpa, enfeitada, transformada ela mesma em museu. Temos exemplos de sobra disso. E quando a discrepância entre o que se pretende encenar e o que de fato ocorre começa a dar demais na vista (estou pensando, por exemplo, no centro histórico de Salvador), a fraseologia alternativa vira pura e simples desfaçatez demagógica. Resta saber o que seria uma teatralização neo-simbólica (a expressão é de Jeudy) que não estivesse necessariamente em sintonia com a apologia moderna da comunicação, que não se restringisse a uma midiatização urbana. Não ignoro que por toda parte — e até mesmo no Brasil — ainda há exemplos isolados de boa vontade progressista de alinhar essas intervenções no desenho urbano com uma possível instauração da cidadania (recomposição *in extremis* de um tecido social coerente); mas é tal a força de contaminação inerente a essas iniciativas “cenográficas”, que ficamos pensando se não se trata na verdade de um ensaio a mais... de uma representação futura.

Paris, nestes últimos anos, foi um exemplo gritante desta dupla estratégia: criar, por um lado, lugares prestígio- giosos, lugares de vida pública, como diziam seus promo- tores, no mais das vezes espaços culturais, e, de outro, evitar a modernização predatória, respeitando a tipologia básica parisiense e com ela (alegava-se...) a própria popu- lação. Conhecemos o desfecho: além de congelar Paris, não por acaso tal programa revelou-se uma forma eficiente de evitar a invasão dos imigrantes e da população de baixa renda que as torres estavam de certo modo estimulando, sem falar na expulsão que a própria restauração obrigatória causou, juntamente com a valorização dos imóveis que esta voga preservacionista desencadeou, voga cujo com- plemento se manifestou igualmente nos grandes projetos espalhados por Paris, requalificando (em vários sentidos) bairros inteiros, como ocorreu com a Rotonde, a Ópera da Bastille, antes, o Beaubourg, e assim por diante; e agora a Biblioteca Nacional, no novo grande centro empresarial em que deve se transformar a região leste, sobre os antigos leitos ferroviários da Gare d'Austerlitz.

Aliás, esta última urbanização parisiense já se benefi- cia da mudança do P.O.S. em 89, que autoriza e incentiva uma ocupação diferenciada, reproduzindo com certeza, no leste, o que ocorreu no Front de Seine a oeste: grandes pré- dios de escritórios, seguramente das indústrias de ponta, muita sofisticação técnica, numa arquitetura perdulária e aparatosa — muitos vidros espelhados, muitas formas irre- gulares, o ideal da tecnópolis em plena Paris. Não é difícil reconhecer nisso tudo um outro sintoma das novas relações do Estado com a economia em mutação, que aos poucos se retira de cena, deixando de ser o principal gestor do espaço público.

Está claro que o comando continua político (no pior sentido da palavra), ninguém se ilude quando à ficção do Estado Mínimo, nem mesmo os neo-liberais, que dela se valem para fins meramente apologéticos e, por isso mes- mo, a iniciativa passou às grandes corporações, na maioria multinacionais (são elas os maiores clientes). Neste rumo,

vai se confirmando uma tendência que não é de hoje e que se exprime na regulação do projeto arquitetônico pela forma-publicidade da mercadoria, aliás, destino de uma arte de massa como a Arquitetura. Compreende-se que no repertório mais eloqüente desta última, a nova supremacia econômica procure e patrocine os símbolos bem desenhados que lhe celebrem o triunfo.

Mas é noutra direção que se manifesta a novidade do momento presente. A ideologia do Lugar Público já não é mais uma exclusividade do discurso oficial, que há mais de uma década parece ter delegado à arquitetura a tarefa monumental de reanimar pelo menos a imagem da Nação, nem distingue, com a ênfase ambivalente que também procurei salientar noutra ocasião — espécie de apanágio de resistência — a intervenção urbana dos contextualistas mais intransigentes. Esclarecendo melhor a natureza do processo, digamos que a nova teoria do lugar público se abastardou um pouco mais. Ao que parece, na seguinte direção: dispensando a intervenção do Estado (um sistema incômodo de contra-pesos), o Capital em pessoa é hoje o grande produtor dos novos espaços urbanos, por ele inteiramente “requalificados”. Tudo se passa como se a ideologia do espaço público, economizando o momento retórico da frase (oficial ou difusamente oposicionista), fosse enunciada diretamente pela fisionomia das cidades, definida agora por uma estratégia empresarial de novo tipo, que vai determinando com lógica própria os parâmetros de sua intervenção, realocando populações e equipamentos segundo as grandes flutuações do mercado. No entanto, como adverte um outro autor francês, Claude Jacquier, “*enquanto os prefeitos se ocupam de suas tecnópolis, o Terceiro Mundo se instalará nas portas das nossas cidades...*”.

Volto ao início. Estamos decerto diante de um grande desafio não só para os desenhistas urbanos, mas para qualquer cidadão — as nossas cidades são apenas a fachada mais visível da atual mundialização desintegradora do capitalismo. Explicando melhor: a subproletarização é um fenômeno mundial, o desemprego, e sobretudo a legião

crescente dos que nunca entrarão no mercado de trabalho, e a conseqüente squaterização ou até mesmo a ausência total de moradia criam sub-cidades. A assim chamada e estetizada cidade fragmentária, em grande parte é isto, é o resultado de uma nova “ordem” mundial, onde a grande maioria das pessoas não tem mais nem mesmo a infelicidade de ser explorada, o universo da economia tecnológica de ponta está fora do alcance de porções cada vez maiores dos países e não apenas na periferia. Aliás, já não é mais possível falar estritamente em Terceiro Mundo. Estamos diante de uma rede transnacional que interliga alguns nichos de desenvolvimento espalhados pelo mundo que, por sua vez, vão escasseando em virtude do ímpeto destrutivo da competição capitalista atual: essa a fonte da nova marginalidade urbana, muito diversa da que conhecemos no auge do antigo processo de modernização. Nestas condições, como observou muito bem Claude Liauzu, a peça mestra do sistema dominante, o *modelo urbano mundial se desfaz*: um modelo que prometia desenvolvimento produz a mais implacável exclusão. É, portanto, dentro de uma armadura mundial que é preciso pensar nossas cidades, o que nos obriga a reformular o seu velho papel no pensamento progressista enquanto pólo de crescimento e integração nacional.

Vivemos uma situação de transição para o moderno abortada, de instabilidade sem horizonte, nem recuo possível. Nova dualidade também; as sociedades funcionam atualmente com duas velocidades, a dos integrados no circuito internacional e a da grande massa dos perdedores na corrida da competitividade, que já não ameaçam mais segundo a divisão tradicional das classes antagônicas, inviabilizando, assim, o compromisso social-democrata do planejamento urbano conforme os modernos. Portanto, precarização do mundo do trabalho, conjugação de reivindicações econômica e urbanas (alojamento, serviços etc.), enfim, apartação social de que as nossas cidade são uma tradução imediata. O problema hoje não é mais o da explosão urbana mas, como diz Liauzu (a quem estou resumindo muito por alto), de implosão.

Num contexto calamitoso dessas proporções, talvez nada mais seja possível (e isso já é muito) do que multiplicar medidas para a melhoria relativa de higiene, habitação, alimentação, saúde — requalificação de vida contrária a qualquer expectativa de mercado, pois concerne diretamente aos que foram expulsos dele — medidas compensatórias de assistencialismo mesmo, por certo a cargo do Estado, ao menos até que o capitalismo tome novos rumos, ou o mundo saia de vez do capitalismo... Enquanto isso, o que se tem de fato é a praga do empobrecimento, do não-emprego absoluto, da falta de moradia como a contrapartida da afluência dos negócios, dos serviços financeiros, da comunicação eletrônica etc.

Dito isto, a heterogeneidade, a pluralidade da cidade caótica, deixam de ser tão *soft*, como pretendem alguns deslumbrados com a nova “normalidade” capitalista — variedade e mobilidade vão varrendo de forma *hard* um número cada vez maior de pessoas das regiões urbanas privilegiadas, dos redutos *yuppies*. De fato, assiste-se a uma estetização da pobreza urbana. Na *Condição pós-moderna*, depois de analisar a cidade contemporânea, David Harvey chama a atenção para “*as cenas de rua, de empobrecimento, perda de poder, grafiteagem e decadência (que) se tornaram trigo para o moinho dos produtores culturais*” — “*quando a pobreza e a falta de moradia são servidas para o prazer estético, a ética é de fato dominada pela estética, convidando, por conseguinte, à amarga colheita da política carismática e do extremismo ideológico*”.

Em suma, nem cidade inteiramente planejada, nem espontânea. Por exemplo, as interações sociais em que ainda apostava Jane Jacobs nos anos 50 são cada vez mais irrealis, o urbanismo anárquico de um Sennet também — ele parece esquecer que é justamente nessa cidade que se dá a morte do homem público por cujo renascimento aspira. A desordem saudável é também uma miragem estetizante. Não estou advogando o “nada a fazer”, simplesmente observando que reinventar as cidades hoje implica revisar por

completo o modelo urbano que nos foi legado pela modernização capitalista, o que não há de ser pelo elogio a torto e a direito da diversidade, muito menos tentando ressuscitar a visibilidade democrática através de disseminação de lugares de referência de fácil identificação. Mas afinal lugar de referência para quem? Para populações que a urbanização deslocou a troco da liberdade negativa do não-emprego e que não podem mais retroceder ao espaço pré-urbano que esta mesma modernização sem futuro destruiu.

Se as intervenções não comportam mais a escala abrangente e radical como os modernos queriam, também não se pode renunciar (em nome da modéstia, do encarecimento das diferenças etc.) ao ponto de vista da totalidade (se me perdoam o saudosismo) acerca da natureza do processo que nos atropelou em plena reposição contextualista de perdas e danos (ou que nome se dê ao pensamento projetual, marcadamente defensivo, que prosperou durante o interregno a que se resumiram as duas últimas décadas de ajuste do capitalismo central). Ocorre que este último se recompôs inviabilizando de vez a idéia mesmo de urbanização, tornando o conceito de cidade uma coisa do passado, como atestam os monstros urbanos em que vivemos, e dentro deles as zonas extra-territorializadas que sem dúvida um bom desenho até pode tornar agradável de ver — em maquete, de preferência.